



Território rural, relação de poder, conflito e afetividade - Comunidade Julião - Manaus-AM

¹Nilce Maria de Camargo NATALE
e-mail: nilce.camargo@bol.com.br

²Veridiana V. SCUDELLER
e-mail: vscudeller@ufam.edu.br

¹Psicóloga com especialização em Saúde Ambiental

²Instituto de Ciências Biológicas – ICB, Departamento de Biologia,
Universidade Federal do Amazonas – UFAM , Manaus – AM

RESUMO: Esse trabalho teve como objetivo conhecer ocorrências e características dos fenômenos de afetividade, de conflito e suas articulações com as relações de poder dos moradores da Comunidade Julião, localizada na Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Tupé, maior unidade de conservação do município, a 25 km do centro da cidade de Manaus. A construção das características foi de forma gradual e ocorreu durante as visitas periódicas à comunidade de abril/2008 a março/2010. Ao todo foram realizadas 35 visitas que permitiram a obtenção dos dados para a pesquisa de campo com observações; visitas às casas; conversas informais nos estabelecimentos comerciais; caminhada pelas ruas; dinâmicas de grupo; participações em eventos significativos para a comunidade, como reunião da associação de moradores e festas comemorativas da escola. Toda ação realizada contribuiu como subsídio para descrever o desenvolvimento do processo grupal, cujos conteúdos foram fornecendo indícios sobre a dinâmica existente

como: mal-entendidos, fofocas, conflitos, confronto de singularidade e desunião apesar de muitos terem grau de parentesco. Em relação ao poder, existem vários aspectos como: ter um saber a mais que o outro; possuir bens materiais; ocupar função de trabalho; o poder de decisão ou o próprio ambiente escolar.

Palavras chaves: relação de poder; comunidade; afetividade; processo grupal

Introdução

Comunidade é um espaço de múltiplas experiências, onde existem diferentes valores, crenças, percepções, culturas e relações sociais que se misturam e transformam a vida cotidiana dos indivíduos numa complexa estrutura (Guareschi, 1996). Já para Freitas (1996) é uma dimensão espaço/temporal na qual os sujeitos são compreendidos com foco em suas relações, sendo constituídos por meio destas, em constante dialética entre individual e coletivo. Em "o Mal-estar na Civilização", Freud (1930) *apud* Jovchelovitch (2008), nos deu um legado para teorizar comunidade que ao mesmo tempo assusta e tranquiliza. Comunidade é somente possível, pensou ele, se as pulsões de agressão e poder do indivíduo forem domadas pelos laços de identificação e amor que permitem a emergência da solidariedade e da comunalidade. A categoria comunidade se atribui os primeiros predicados referentes à pressuposição de presença de um determinado tipo de laço social (e de juízo de valores) em função de localização, procedência e convívio comunal (Castiel, 2004). Comunidade é um universo culturalmente estruturado, isto é, tem história, universo simbólico

de referência e formas de poder específicas (Brasil, 2005)

Havendo vários sentimentos que permeiam as relações entre seres humanos tanto em seu contexto familiar quanto social, como a afetividade, o conflito e o poder, etc., a forma como os indivíduos expressam e lidam com a afetividade e com as relações de poder são motores fundamentais do processo grupal e da construção da identidade, tanto individual quanto coletiva (Silva, 2000). Marques (2002) considerou que o conflito está presente nas relações sociais, certas formas de vivê-los são socialmente aceitáveis, encorajadas ou combatidas. E como afirmou Backzo (1985) *apud* Kerber (2004), qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças. Conectado ao espaço físico local, o sentimento de pertença e a afetividade oriundos do processo de preservação, apresentam-se como um grupo de característica emocional pertinente àqueles que residem na localidade (Leão, 2009).

Essas características emocionais se desmembram em ações que podem afetar direta ou



indiretamente os mais próximos, denominada de relações de poder (Martins, 2003). Segundo o autor, as relações de poder estão presentes em todos os aspectos da vida humana. Acrescenta que o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber e produz discurso. Ainda segundo o autor, deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. Já para Sato (1999), se pensar em negociações em contextos de poder e controle assimétrico, vê-se que muitas vezes opera-se de modo a não explicitar o conflito, pois o poder do outro pode implicar na exclusão daquele que detém menor poder e controle. Complementando que isso pode nos explicar comportamentos de evitação, onde o silêncio, por vezes interpretado como consentimento, revela justamente o oposto e onde papéis sociais já desempenhados anteriormente acabam por dificultar a construção e o exercício da comunicação.

Outro aspecto importante a ser mencionado no espaço de uma comunidade é a formação da família, denominada laços de parentesco, vista como estrutura de percepção das relações mútuas. Considerando tanto o parentesco como aliança entre grupos, as afinidades quanto o biológico, que constitui a família consanguínea.

Fonseca (2005) considera que não há receita para definir os membros relevantes de uma rede familiar, pode ou não incluir consanguíneos, parentes por casamento (sogros, cunhados, concunhados, padrastos, enteados), padrinhos e compadres. A família não se define pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido (Sarti, 2004).

A comunidade também se constitui por sua identidade, implicando o seu surgimento, a sua história e as pessoas que nela habitam. Sendo assim, Nuernberg (1999) *apud* Zanella *et al.* (2003) aponta que o significado de lugar social remete necessariamente tanto à sua história para uma determinada cultura quanto aos novos sentidos que os sujeitos em relação a este lugar imprimem. Já Santos (2002) considera que a reconstrução da história de um lugar ou de uma localidade implica partir do princípio de que a história está presente em todos os lugares, em todos os momentos, implica considerar ainda que é nesse amplo e longo processo histórico que as populações locais constroem sua identidade social e cultural.

Segundo Gonçalves (2002), quando o sujeito estabelece apenas uma relação funcional com determinado lugar, configura-se o morar; mas ele de fato o habita quando se apropria de seus aspectos físico, simbólico, emocional e cultural. Jerônimo & Gonçalves

(2008) acrescentaram que os laços com o lugar são construídos a partir da cultura e geografia, das relações sociais e ambientais que nele se desenvolvem. Leão (2009) coloca que a ideia de memória está amplamente associada ao conceito de identidade, ao passo que propicia o sentido de permanência e continuidade daquilo que é lembrado.

Para Jovchelovitch (2008) é importante as narrativas da vida em comunidade, pois oferecem uma série de histórias, mitos e memórias do grupo social e nos introduzem aos diferentes ângulos que fazem das comunidades uma realidade plural e heterogênea. Complementando que as narrativas contêm história, memórias e perspectivas pessoais, o contar histórias é um dos meios fundamentais pelo qual comunidades compreendem o passado e o presente e projetam seus objetivos para o futuro. Freud uma vez disse que um grupo que não entende sua história está fadado a repeti-la (Jovchelovitch, 2008).

Portanto, dentro do contexto das relações sociais que permeiam o universo de uma comunidade esse trabalho teve como objetivo conhecer ocorrências e características dos fenômenos da afetividade, do conflito, e suas articulações com as relações de poder na comunidade Julião, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Manaus – AM.

Materiais e Métodos

A construção das características dos comunitários do Julião foi de forma

gradual, ocorreu no período de abril/2008 a março/2010. A comunidade Julião está situada a 25km de distância da cidade de Manaus, a margem direita do igarapé Tarumã-Mirim, no encontro dos igarapés do Julião com o Farias.

Foram realizadas 35 visitas à comunidade e utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: observações; visitas às casas; dinâmicas de grupo; conversas informais acontecidas nas vendinhas; caminhada pelas ruas; participações em eventos significativos para a comunidade, como reuniões da associação de moradores e festas comemorativas da escola.

Para capturar o significado e o funcionamento do discurso foram feitas anotações no diário de campo e a utilização do gravador quando necessário. Posteriormente, foi transformada a leitura em hipóteses das relações sociais. Os procedimentos de análise e interpretação do material colhido tiveram como referência teórica a Análise do Discurso (Lima, 2003), de abordagem qualitativa lidando com categorias analíticas e explicativas.

A posição do pesquisador foi manter-se neutra a toda ação de campo, tal atitude foi para se despir das próprias tradições, costumes e perspectivas. A ação de pesquisa no campo baseou-se tanto no ato de ouvir o outro e permitir a sua expressão máxima possível do campo quanto na constante avaliação de como a realidade do campo abala e redefina a hipótese de trabalho, teoria e os pressupostos do pesquisador (Jovchelovitch,



2008). O modo de pesquisa foi participante, ou seja, quando aqueles envolvidos no ato da observação estão, eles próprios, interagindo com o objeto que esta sendo observado (Jovchelovitch, 2008).

Para analisar a identidade da comunidade foi recorrida a fonte de registro histórico, relato de fontes vivas, pessoas significativas que moram a mais tempo na comunidade. Buscou-se com isso compreender a origem do nome da comunidade através de memórias, entendendo que o nome tem haver com a identidade, como um sentimento e como ideia de pertencimento de um determinado espaço e tempo, no qual estão ligados pelas atividades, afetividade, história, fantasia, pelo futuro, sonhos, e também características próprias de cada pessoa. Este registro histórico é denominado por Sá (2007) de memória histórica oral que faz interface com a história que não foi escrita ou que apenas recentemente passou a ser transcrita. Riqueza de dados em relação à história da comunidade foi fornecida por antigos moradores, como o sr. Álvaro (Baru), que mora na comunidade há 46 anos, se dispôs a narrar o surgimento da comunidade; o Sr. Domingos, um homem de 63 anos que hoje vive próximo à Comunidade Julião e o seu Almir, atualmente, presidente da associação dos moradores.

Resultados e Discussão

Os três comunitários entrevistados foram unânimes em dizer que o sr. Julião, o primeiro morador

daquelas terras foi referência para o nome da comunidade. Ele morava na foz do Igarapé que era denominado pelo exército de Igarapé do Onça. As pessoas que na época moravam no entorno quando se deslocavam ou quando precisavam de uma referência davam seu nome, "vou a tal lugar perto da casa do Julião" ou "eu moro perto da casa do Julião". Segundo relato, o que predominava em seu atributo físico era a altura, por isso seu nome no aumentativo, e assim quando foram nomear a comunidade lembraram-se do Sr. Julião.

Segundo Sr. Álvaro o primeiro dono de toda a reserva foi um alemão, que comprou do governo a posse e um documento foi expedido. Ele era muito rígido com a questão da terra, ninguém podia mexer, ela era intocável. Depois de algum tempo vendeu para um português, para este a terra também era intocável. A terra foi vendida a uma terceira pessoa, um descendente de português com brasileiro. Esse terceiro comprador já permitiu que outras pessoas fizessem parte da terra, vendeu com uma condição: que aqueles que comprassem não vendessem para pessoas de "posse" (com boas condições financeiras). Ele era um homem de posse, "o Deus dele era o dinheiro", e não queria que a terra fosse comprada por alguém rico. Em 1971 foi feita uma reunião com todos os moradores para que não plantassem "bem de raiz" como castanheira. Só podiam plantar mandioca e outras plantas de ciclo de vida anual.

No ano seguinte, um grupo de profissionais do IBAMA, da Justiça e advogados fizeram um levantamento para saber se a terra era produtiva. Essas terras foram chamadas de corredores ecológicos, e posteriormente, foram denominadas de RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável).

O segundo relato foi do Sr. Domingos, embora morando a mais tempo na reserva (52 anos), não sabe ao certo o porquê do nome da comunidade. No entanto, lembra que logo na entrada do igarapé havia uma árvore muito grande e nela estava escrito Julião.

O terceiro e último relato da origem da comunidade entrevistado foi o Sr. Almir, que mora desde 1993 na comunidade, e há 14 anos é presidente da associação dos moradores. Relatou que o nome da comunidade Julião está associado a um morador que se chamava Julião. Não soube informar com mais detalhes a respeito desse morador e nem do nome da comunidade.

Segundo Aguiar *et al.* (2007), a comunidade Julião recebeu este nome por causa do seu primeiro habitante, conhecido como "velho Julião" que, juntamente com sua família, foi quem primeiro ocupou as terras onde hoje se localiza a comunidade. Fazendo uma analogia entre os primeiros moradores da reserva e o primeiro morador da comunidade o poder predominava, os primeiros relacionada à posse de bens financeiros e o segundo a posse da grandeza do seu nome (aumentativo)

por intermédio do atributo físico, que lhe gerou conforme registro histórico o nome da comunidade. Um poder instituído bem antes da comunidade existir, implicando na prática social e cultural, constituída historicamente.

Em relação à afetividade, observa-se uma desunião que permeia a comunidade apesar de muitos terem algum grau de parentesco, como ex-companheiro(a), ex-sogra(o), ex-nora, ex-genro, ex-cunhado(a), primos(as), sobrinhos(as), tias(os), netos(as). Ao invés dessa condição ser um facilitador para a afetividade torna-se condição de conflito, emergindo a falta de colaboração e de solidariedade mútua. Isso se deve principalmente ao espaço geográfico onde se encontra a vila da comunidade, que é inclinado e à localização do único poço com bomba d'água potável. Esses dois fatores acarretam numa distribuição de água às residências em mangueiras exposta pela comunidade desigual, ficando o espaço de baixo (mais próximo ao poço) melhor abastecido que o de cima. Com isso, há uma divisão territorial, nomeado como: "lado de cima e lado de baixo". E assim sendo, instaurando o conflito territorial entre moradores, dando a conotação de rivalidade e de desunião. O que acontece na comunidade Julião vai ao contrário a que McKean (1989) *apud* Diegues (2001) diz [...] são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal".



Como acontece em qualquer agrupamento humano é muito comum o surgimento de formas variadas de disputa de poder e na comunidade Julião não seria diferente. No espaço da mesma existem vários aspectos como: poder em ter um saber a mais que os outros, poder em possuir bens materiais, poder em ocupar função de trabalho, poder de decisão ou a escola como local de saber (e poder). Martín-Baró (1989) *apud* Martins (2003) relata que o poder está baseado na posse diferencial de um recurso, permitindo que alguns realizem seus interesses pessoais ou de classe, e os imponha a outros. O poder não é um objeto abstrato, trata-se de "uma qualidade de alguém, pessoa ou grupo, na relação com outras pessoas ou grupos.[...] O poder constitui, por conseguinte, um fenômeno social, não meramente individual".

No jogo de poder sempre haverá o dominador e o dominado, um não existe sem o outro, considerado como uma condição *sine qua non*. A permanência prolongada de pessoas no poder também pode contribuir para gerar comportamentos e atitudes passivas dos comunitários nos processos de decisões. Como não compartilham das decisões não se sentem responsáveis por elas. Quando isso acontece a participação se resume em apoio ou concordância com as decisões. O poder de quem fala, decide ou age é tão concentrado que as pessoas não se sentem responsáveis em participar ativamente das decisões

(Brasil, 2005). Portanto, no contexto da comunidade Julião a prática de tomar decisões, tornar-se um grupo coeso, no qual lhes permita tomar decisão pelo grupo e com o grupo, ter autonomia e permitir-se fazer parte da comunidade como cidadão não acontece. No entanto, segundo Foucault (2005) *apud* Torrano (2007) jamais somos aprisionados pelo poder, podemos sempre modificar sua dominação em condições determinantes e segundo uma estratégia precisa. Completando que não há escape da existência de relações de poder, mas é possível instituir outras.

Considerações finais

Toda ação realizada contribuiu como subsídio para descrever o desenvolvimento do processo grupal, cujos conteúdos foram fornecendo indícios sobre a dinâmica existente na comunidade sobre poder, conflito e afetividade. E o resgate da história da comunidade desempenhou papel importante para se repensar e reconstruir a representação da mesma, pois a representação traduz significados, sentidos e simbolismos pertencentes às relações de afeto e de práticas sociais.

As ocorrências e as características em relação à afetividade, o conflito e o poder observadas na comunidade Julião mostrou-se um terreno propício de mal-entendidos, fofocas, conflitos que minam a coesão e confronto de singularidades.

Portanto, esses atos comprometem o processo de crescimento tanto individual quanto coletivo de seus moradores.

Viver em comunidade envolve todos os sentidos e ações das pessoas como: falar, ouvir, sentir, ver, avaliar, decidir, julgar, opinar, agir, compartilhar e, por outro lado, envolve um determinado contexto dialético de poder que pode facilitar ou dificultar a integração de um grupo comunitário.

Portanto, a existência de poder, de conflitos e de afetividade é inerente ao ser humano aos processos de relacionamentos interpessoais, os quais necessitam ser bem analisados a fim de verificar atentamente seus efeitos para que os mesmos não se transformem em barreiras comportamentais, e assim, venham interferir e comprometer o desenvolvimento das pessoas que fazem parte do mesmo contexto.

Agradecimentos

A todos os moradores da Comunidade Julião pela acolhida e ao CNPq pelo financiamento (processo 551988/2007-0).

Referências bibliográficas

- AGUIAR, J. V. S.; BENTES, L.; ELIAS, E. P.; NASCIMENTO, I. R.; NODA, E. N.; SANTOS, R. A. R. (Orgs.). 2007. *Água e Cidadania: Comunidades Rurais do Tarumã-Mirim em Manaus-AM*. Editora Manaus: Acisam. 125p.
- BRASIL. 2005. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Oficina de Aconselhamento em DST/HIV/AIDS para Atenção Básica. Brasília.
- CASTIEL, L.D. 2004. Promoção de saúde e a sensibilidade epistemológica da categoria comunidade. *Revista Saúde Pública*, 38(5): 615-622.
- DIEGES, A. C. S. 2001. *O Mito Moderna da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec. 169p.
- FONSECA, C. 2005. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*. 14(2): 50-59.
- FREITAS, M. F. Q. 1996. *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidades das décadas de 60 a 90, no Brasil*. CAMPOS, R. H. F. (Org.). In: *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Ed.Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, pp.54-80.
- GONÇALVES, T. M. 2002. *O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar (uma abordagem psico-sócio-ambiental do bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma - SC)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.



- GUARECHI, P. 1996. Relações Comunitárias – Relações de Dominação. CAMPOS, R. H. F.(Org.). In: Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, pp.81-99.
- JERÔNIMO, R. N. T.; Gonçalves, T. M. 2008. O processo de Apropriação do Espaço e Produção da Subjetividade. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 24(2): 195-200.
- JOVCHELOVITCH, S. 2008. Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura. Ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 344p.
- KERBER, A. 2002. A mídia sonora na construção da identidade de uma comunidade: o caso da Vila Maria da Conceição. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura.
- LEÃO M. S. 2009. Gestão do Território e do Patrimônio Cultural. Monografia. Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 34p.
- LIMA, M. E. A. T. 2003. Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. Psicologia em Revista, 9(13): 76-88.
- MARQUES, A. C. 2002. Política e questão de família. Revista de Antropologia, 45(2): 417-442.
- MARTINS, S. T. F. 2003. Processo Grupal e a questão do poder em Martín-Baró. Revista Psicologia e Sociedade, 15(1): 201-217.
- SÁ, C.P. 2007. Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial. Psicologia: Reflexão e Crítica, 20(2): 290-295.
- SANTOS, J. J. M. 2002. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 9(1): 105-124.
- SARTI, C. A. 2004. A Família como Ordem Simbólica. Psicologia USP, 15(3): 11-28.
- SATO, L. 1999. "Djunta-Mon": O Processo de Construção de Organizações Cooperativas. Psicologia USP, 10(2): 219-225.
- SILVA, M. V. 2000. Processo Grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 131p.
- TORRANO, L. H. 2006/2007. Michel Foucault & Tecnologias do Poder: a psicanálise. Revista Aulas Dossê Foucault., 3: 1-11.
- ZANELLA A.V; FILHO K.P & ABELLA S. I. S. 2003. Relações sociais e poder em um contexto grupal: reflexões a partir de uma atividade específica. Estudo de Psicologia, 8(1): 85-91.